

EDITORIAL

Naturalizar, reconectar, reimaginar: rios urbanos como espaços de transformação urbana

Naturalizar, reconectar, reimaginar: los ríos urbanos como espacios de transformación urbana

Nagayamma Aragão¹, Luciana Bragança², Natasha Cabrera³

Ao longo da história, os rios foram elementos estruturantes dos assentamentos humanos, mas muitos têm sido progressivamente marginalizados pela urbanização contemporânea, reduzidos a infraestruturas técnicas invisíveis às políticas públicas e dissociadas da vida quotidiana. Este afastamento reflete modelos de governação setoriais e pouco participativos, que não reconhecem os rios enquanto sistemas ecológicos, sociais, espaciais e políticos integrados.

Neste contexto, o presente número da *CIDADES, Comunidades e Territórios* reúne contributos que abordam os rios sob pressão da urbanização como espaços estratégicos de disputa, regeneração e ressignificação territorial, destacando o papel da governação colaborativa, da participação pública e da ciência cidadã na formulação e implementação de políticas urbanas e ambientais. Os trabalhos aqui publicados dão continuidade ao dossiê temático do n.º 50 (Aragão *et al.*, 2025), estabelecendo um diálogo crítico e consistente entre ambas as edições, e inserem-se na Rede CYTED RUN | Rios Urbanos Naturalizados, iniciativa de carácter epistémico e operativo orientada para a construção colaborativa de uma comunidade científico-técnica transnacional, comprometida com a articulação entre conhecimento científico, ação pública e envolvimento comunitário na valorização das paisagens fluviais urbanas.

Os dez manuscritos que compõem este número exploram diferentes formas da relação entre a cidade e o rio, articulando dimensões ecológicas, sociais, culturais, institucionais e políticas. Coletivamente, propõem superar abordagens estritamente técnicas ou paisagísticas, reconhecendo as águas urbanas como paisagens hidrossociais complexas, nas quais se entrelaçam infraestruturas, memórias, práticas comunitárias, processos de decisão e instrumentos de política pública. A centralidade atribuída à participação cívica, à coprodução de conhecimento e à integração da ciência cidadã nos processos de planeamento e gestão evidencia o potencial dos rios urbanos como plataformas de inovação institucional, de reforço da democracia territorial e de construção de

¹ Universidade Lusófona, Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade de Lisboa, Portugal. nagayamma.aragao@ulusofona.pt

² Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, lubraganca@gmail.com

³ Universidad de Cuenca, Equador, natasha.cabrera@ucuenca.edu.ec

políticas públicas urbanas e ambientais mais inclusivas, adaptativas e sensíveis às especificidades socioecológicas de cada contexto urbano.

Neste enquadramento, Ana Demarques Moura, Talita Silvia de Souza, Maria Manoela Gimmmler Netto, Staël de Alvarenga Pereira Costa e Maria Rita Scotti Muzzi analisam os rios urbanos como paisagens hidrossociais, propondo no seu ensaio abordagens críticas, participativas e interdisciplinares para a sua regeneração, renaturalização e reinscrição na vida urbana contemporânea. O artigo de Maria Luiza de Castro e Rosa de Marco examina como práticas artísticas e científicas podem ativar novos territórios relacionais entre comunidades ribeirinhas e rios urbanos, ampliando os modos de produção de conhecimento e de participação na gestão da água. Esta perspetiva dialoga com abordagens regenerativas que repensam a relação entre as cidades e os sistemas hídricos a partir de uma visão integrada, como propõem Duncan Crowley, Teresa Marat-Mendes e Roberto Falanga no seu ensaio, no qual a água é entendida como infraestrutura viva e elemento central da resiliência urbana.

A dimensão histórica e estrutural da relação cidade-água torna-se explícita na análise de processos de transformação urbana à escala metropolitana. Neste sentido, Jorge Bassani e Carolina Clasen examinam a perda progressiva do carácter hídrico de São Paulo, resultante de modelos de urbanização que privilegiam a expansão urbana e a infraestrutura cinza em detrimento dos sistemas naturais. Enquanto, Cecília Galimberti propõe uma leitura territorial que articula escalas locais e regionais, sublinhando a importância do planeamento integrado e da governação colaborativa na gestão de paisagens fluviais complexas.

A justiça ambiental, como evidencia o trabalho de Bruna Palmeira Santos e Wendel Henrique Baumgartner sobre os processos de renaturalização enquanto instrumentos de reparação socioambiental, pode ser garantida desde que estes processos integrem uma leitura crítica das desigualdades históricas e promovam a inclusão efetiva das comunidades afetadas.

Outras contribuições ampliam o campo de reflexão para as dimensões simbólicas, percetivas e representacionais dos rios urbanos. Assim, Teresa Madeira da Silva e Caterina Di Giovanni apresentam um Atlas Visual como dispositivo de leitura e de projeto, capaz de revelar ausências, memórias e potencialidades da paisagem fluvial. Berly Cárdenas, Karla Vilca, Vivian Macedo, Lorenzo Carrasco, Carla Iruri e Andrea Chanove valorizam as perceções sociais e culturais associadas ao rio, destacando a importância dos serviços ecossistémicos culturais na construção do vínculo entre comunidades e água.

A produção de conhecimento a partir de abordagens participativas e situadas assume igualmente um lugar relevante. Tal é demonstrado pela investigação de Diego Torres, Leticia Katzer, Joaquín Cocher e María Dalponte Ayastuy, que desenvolvem uma metodologia articulando saberes técnicos e conhecimentos locais, reforçando o papel da ciência participativa como ferramenta para a gestão e regeneração dos rios urbanos. Esta abordagem é também basilar no trabalho de Hugo Kamiya Tsutsui e Katia Atsumi Nakayama, no qual a experiência vivida e as práticas quotidianas surgem como elementos-chave para a compreensão das dinâmicas hidrossociais em contextos urbanos complexos.

No seu conjunto, os trabalhos reunidos neste número especial configuram um mosaico de abordagens que convidam a repensar os rios urbanos como infraestruturas vitais, espaços de encontro e territórios em disputa. A leitura cruzada destas contribuições reforça a ideia de que a regeneração fluvial não pode ser entendida como uma intervenção isolada, mas antes como um processo contínuo de reconciliação territorial, que exige diálogo entre disciplinas, escalas e atores.

Estas reflexões compõem o número especial de primavera de 2026 da *CIDADES, Comunidades e Territórios*, contribuindo para o debate contemporâneo sobre as águas urbanas, através de análises e experiências que reconhecem a rede hídrica como elemento estruturante da cidade e como oportunidade para a construção de futuros urbanos mais resilientes, inclusivos e sensíveis às especificidades ecológicas e culturais de cada território.

A lo largo de la historia, los ríos han constituido elementos estructurantes de los asentamientos humanos, pero muchos fueron progresivamente marginados por la urbanización contemporánea,

reducidos a infraestructuras técnicas invisibles para las políticas públicas y desconectados de la vida cotidiana. Este distanciamiento refleja modelos de gobernanza sectoriales y no participativos que no reconocen a los ríos como sistemas ecológicos, sociales, espaciales y políticos integrados.

En este contexto, este número de *CIDADES, Comunidades e Territórios* reúne contribuciones que abordan los ríos bajo la presión de la urbanización como espacios estratégicos de disputa, regeneración y resignificación territorial, destacando el papel de la gobernanza colaborativa, la participación pública y la ciencia ciudadana en la formulación e implementación de políticas urbanas y ambientales. Los trabajos publicados aquí dan continuidad al dossier del número 50 de 2025 (Aragão et al., 2025), estableciendo un diálogo crítico y coherente entre ambas ediciones. Estas contribuciones forman parte de la Red CYTED RUN | Ríos Urbanos Naturalizados, una iniciativa epistémica y operativa que busca la construcción colaborativa de una comunidad científica y técnica transnacional, comprometida con la articulación entre el conocimiento científico, la acción pública y la participación comunitaria en la mejora de los paisajes fluviales urbanos.

Los diez manuscritos que conforman este número exploran diferentes formas de relación entre la ciudad y el río, articulando dimensiones ecológicas, sociales, culturales, institucionales y políticas. En conjunto, proponen superar los enfoques estrictamente técnicos o paisajísticos, reconociendo las aguas urbanas como paisajes hidrosociales complejos, en los que se entrelazan infraestructuras, memorias, prácticas comunitarias, procesos de toma de decisiones e instrumentos de política pública. La centralidad atribuida a la participación ciudadana, la coproducción de conocimiento y la integración de la ciencia ciudadana en los procesos de planificación y gestión destaca el potencial de los ríos urbanos como plataformas para la innovación institucional, el fortalecimiento de la democracia territorial y la construcción de políticas públicas urbanas y ambientales más inclusivas, adaptativas y sensibles a las especificidades socioecológicas de cada contexto urbano.

En este marco, Ana Demarques Moura, Talita Sílvia de Souza, Maria Manoela Gimmler Netto, Staël de Alvarenga Perreira Costa y Maria Rita Scotti Muzzi analizan los ríos urbanos como paisajes hidrosociales, proponiendo enfoques críticos, participativos e interdisciplinarios para su regeneración, renaturalización y reintegración a la vida urbana contemporánea. El artículo de Maria Luíza de Castro y Rosa de Marco examina cómo las prácticas artísticas y científicas pueden activar nuevos territorios relacionales entre las comunidades ribereñas y los ríos urbanos, ampliando los modos de producción de conocimiento y participación en la gestión del agua. Esta perspectiva aborda enfoques regenerativos que replantean la relación entre las ciudades y los sistemas hídricos desde una perspectiva integral, como proponen Duncan Crowley, Teresa Marat-Mendes y Roberto Falanga en su ensayo, donde el agua se entiende como una infraestructura viva y un elemento central de la resiliencia urbana.

La dimensión histórica y estructural de la relación ciudad-agua se hace explícita en el análisis de los procesos de transformación urbana a escala metropolitana. En este sentido, Jorge Bassani y Carolina Clasen examinan la progresiva pérdida del carácter hídrico de São Paulo, resultado de modelos de urbanización que priorizan la expansión urbana y la infraestructura gris en detrimento de los sistemas naturales. Por su parte, Cecilia Galimberti propone una lectura territorial que articula las escalas local y regional, enfatizando la importancia de la planificación integrada y la gobernanza colaborativa en la gestión de paisajes fluviales complejos.

La justicia ambiental, como lo demuestra el trabajo de Bruna Palmeira Santos y Wendel Henrique Baumgartner sobre los procesos de renaturalización como instrumentos de reparación socioambiental, puede garantizarse siempre que integren una lectura crítica de las desigualdades históricas y promuevan la inclusión efectiva de las comunidades afectadas.

Otras contribuciones amplían el campo de reflexión a las dimensiones simbólicas, perceptivas y representativas de los ríos urbanos. Así, Teresa Madeira da Silva y Caterina Di Giovanni presentan un Atlas Visual como herramienta de lectura y diseño, capaz de revelar ausencias, memorias y potencialidades del paisaje fluvial. Berly Cárdenas, Karla Vilca, Vivian Macedo, Lorenzo Carrasco, Carla Iruri y Andrea Chanove valoran las percepciones sociales y culturales asociadas al río, destacando la importancia de los servicios ecosistémicos culturales en la construcción del vínculo entre las comunidades y el agua.

La producción de conocimiento desde enfoques participativos y situados también ocupa un lugar

relevante. Así lo demuestra la investigación de Diego Torres, Leticia Katzer, Joaquín Cocheró y María Dalponte Ayastuy, quienes desarrollan una metodología que articula el conocimiento técnico y local, reforzando el papel de la ciencia participativa como herramienta para la gestión y regeneración de ríos urbanos. Este enfoque también es fundamental en el trabajo de Hugo Kamiya Tsutsui y Katia Atsumi Nakayama, donde la experiencia vivida y las prácticas cotidianas emergen como elementos clave para comprender las dinámicas hidrosociales en contextos urbanos complejos.

En conjunto, los trabajos reunidos constituyen un mosaico de enfoques que nos invitan a repensar los ríos urbanos como infraestructuras vitales, espacios de encuentro y territorios en disputa. La lectura cruzada de estas contribuciones refuerza la idea de que la regeneración fluvial no puede entenderse como una intervención aislada, sino como un proceso continuo de reconciliación territorial, que requiere el diálogo entre disciplinas, escalas y actores. Estas reflexiones forman el número especial de primavera de 2026 de *CIDADES, Comunidades e Territórios*, contribuyendo al debate contemporáneo sobre las aguas urbanas a través de análisis y experiencias que reconocen la red hídrica como un elemento estructurante de la ciudad y como una oportunidad para construir futuros urbanos más resilientes, inclusivos y sensibles a las especificidades ecológicas y culturales de cada territorio.

Referências

Aragão, N. et al. (2025). Águas que desenham territórios: reinventar os rios nas cidades contemporâneas. Editorial de dossiê. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 50, DOI: 10.15847/cct.43829